

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE040571

O PROGRAMA Fome Zero, ainda restrito: com abrangência restrita, em investimentos federais (Campinas ficou de fora) o Fome Zero vale pela mobilização geral. O ministro Graziano virá Quarta-feira, mas para ver iniciativas locais. Correio Popular, Campinas, 10 fev. 2003.

O Programa Fome Zero, Ainda Restrito

Quando chegarem em Campinas, quarta-feira, o ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, e uma comitiva do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), conferirão realce ao lançamento do programa Fome Zero, na cidade.

O ministro virá para ver como deverá ser realizado o projeto do Banco de Alimentos e as alterações no preparo e fornecimento da merenda escolar, que são iniciativas locais e que despertaram o interesse da FAO.

O panorama geral do Fome Zero, no País e em Campinas, pode ser resumido nos seguintes pontos:

1 - Em âmbito nacional, o Fome Zero ainda é restrito e carece de mecanismos eficazes, por exemplo, para que o provimento de verbas federais, ainda muito limitado, não se perca no caminho burocrático do Tesouro às populações carentes, mesmo que de apenas mil municípios, como está previsto para este ano.

Como alertamos em registro neste espaço, é importante que as comissões municipais de controle e fiscalização sejam não-partidárias, para não desvirtuar a execução do programa (que ainda demandará tempo, para deslanchar).

2 - Campinas conta com o espírito de participação do comércio e da indústria, além de entidades e população em geral, para buscar atender a pelo menos 47 mil pessoas carentes. Essas pessoas, vivendo abaixo da linha da pobreza, deverão ser beneficiadas com o programa Banco de Alimentos.

COM ABRANGÊNCIA
RESTRITA, EM
INVESTIMENTOS
FEDERAIS
(CAMPINAS
FICOU FORA) O
FOME ZERO VALE
PELA MOBILIZAÇÃO
GERAL. O MINISTRO
GRAZIANO VIRÁ
QUARTA-FEIRA, MAS
PARA VER
INICIATIVAS LOCAIS

O aproveitamento de alimentos não comercializados e não consumidos, que vinham sendo desperdiçados, serão coletados, selecionados, armazenados e distribuídos à população.

Tal opção social ganhou ressonância e consistência a partir de série de reportagens veiculadas pela Rede Anhangüera de Comunicação (RAC), publicadora do Correio Popular. A Prefeitura, regulamentando a Lei 11.420, pelo Decreto 14.206, vai cuidar da forma de distribuição.

Assim como a merenda escolar, agora reformulada no Município, e alguns programas sociais federais instituídos no governo anterior, o Banco de Alimentos comporá as ações do Fome Zero em Campinas, que será lançado quarta-feira. Está programada a instalação de telefone 0800 exclusivo para receber doações. Acenouse com um restaurante popular, até o final de julho. A intenção é instalar o restaurante segundo parâmetros sociais que atendam à qualidade nutritiva da alimentação e à capacidade financeira da população mais pobre, ou seja, o preço da refeição deverá custar R\$ 1,00.

Segundo o cronograma da Prefeitura, daqui a cinco meses, em julho, será feita a aferição dos resultados do programa em Campinas.

Vê-se que o Fome Zero deverá deslanchar, em Campinas, mesmo sem o município ter sido incluído entre os que receberão verba específica. O motivo posto pelo ministro Graziano foi "restrição orçamentária".

Duas conclusões principais se põem, em relação à questão, até agora. Primeiro que o Fome Zero tem evidente validade em termos de mobilização da sociedade civil, em geral. Segundo, que, da parte do governo federal, os investimentos são limitados e o planejamento ainda precisa fixar mecanismos eficazes para implementá-lo, mesmo sem a abrangência desejada.